

ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-01-2022.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e três minutos às quinze horas e quatorze minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mônica Leal, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli, Airto Ferronato, Lourdes Sprenger, Leonel Radde, Pablo Melo, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Felipe Camozzato, Márcio Bins Ely e Claudio Janta. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h42min: Boa tarde! Estão abertos os trabalhos da 004ª Sessão Extraordinária. Solicito ao diretor legislativo que faça a chamada para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Há quórum. Suspendo a sessão para fazermos a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h14min: Estão reabertos os trabalhos. A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores do governo, da oposição, Presidente Idenir Cecchim. Eu subo a esta tribuna para compartilhar o meu sentimento de surpresa e de repúdio ao que vi nesta tarde, aliás, ao que eu tenho assistido desde a sessão de ontem. Nós fizemos uma combinação, como dizia o sábio Pedro Américo Leal, palavra dada é palavra cumprida. Nós estamos aqui em recesso para cumprir com o nosso compromisso que foi acordado com o prefeito Sebastião Melo, para que votássemos projetos do governo. E qual é a minha surpresa quando um pede vista, o outro pede diligência, o outro diz que a sessão não foi bem assim, que pode entrar na justiça, mas que droga! São ou não são governo? O que está em jogo aqui, cargos, CCs, posto de liderança? Isso me enoja! É por isso que o povo lá fora diz que político está abaixo de toda conta. Eu não concordo! E faço um clamor aqui, Presidente, para a vice-líder, que o prefeito desta cidade faça jus àqueles que são fiéis escudeiros, independente de benesses. Nós estamos aqui eleitos pelos porto-alegrenses e fazemos parte de um governo. Este governo tem que contar conosco de olhos fechados, saber o que esses vereadores da base do governo farão. Eu, há pouco, brincava ali com a Ver.^a Lourdes, dizendo que não podia crer que o meu pai tinha razão, sei o que esperar da oposição, e não sei o que esperar dos meus colegas da situação, mas o que é isso? Que vergonha! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Alvoni Medina (REP): Posso registrar também o meu desabafo? Eu concordo plenamente com o que a Ver.^a Mônica Leal falou, coloco a minha assinatura embaixo também, porque os vereadores têm que colocar a mão na consciência e ver realmente se estão ou não apoiando o nosso governo. Obrigada.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Idenir Cecchim. Falo em nome da liderança do PSOL, vereadores Roberto Robaina, Karen Santos e Ver. Matheus Gomes, e nós somos da oposição. Aliás, até há poucos dias, eu era o líder da oposição, agora sou vice-líder, o líder é o Ver. Oliboni. A fala da Ver.^a Mônica Leal aqui foi muito dura, nós temos que prestar a atenção no que foi dito. Ela falou em disputa de cargos; ela falou em CCs; ela falou em deslealdade. Eu analiso já por um outro ângulo, mesmo sendo todos esses verdadeiros, que disse a vereadora que é de situação, eu sou de oposição. Então, eu analiso por um outro ângulo, um ângulo da consideração com as pessoas e o debate de mérito da causa!

Aqui nós temos pessoas que estão nos acompanhando toda tarde. Está aqui o Magnus, estão os associados que têm lotações, que lutam há muito tempo, que quase quebraram e muitos quebraram durante a pandemia, que estão apenas pedindo o direito de trabalhar e continuar existindo, de sobrevivência, Ver. Oliboni, é só isso que eles querem. E nós teríamos uma votação tranquila hoje – tranquila –, onde situação e

oposição, ou oposição e situação tinham a mesma posição: a proteção às trabalhadoras, aos trabalhadores do setor dos lotações. Quanto menor a tarifa – e a nossa luta do PSOL é histórica, Roberto Robaina –, melhor! Nós, do PSOL, lutamos para reduzir tarifas de ônibus e lotações a vida inteira, e tivemos vitórias, o Magnus sabe disso, importantes, significativas, em Porto Alegre, que foram exemplos para o Brasil. Mas agora que nós tínhamos, de fato, uma possibilidade real, efetiva de decidirmos hoje – hoje, Presidente! E temos, a partir de amanhã ou depois de amanhã, isso em vigor. Nós temos a protelação indevida, repito bem e de novo o que disse antes em outro microfone, não é – Ver. Ramiro Rosário e Ver. Claudio Janta, presidente e vice-presidente da CCJ – que o deferimento seja antirregimental, não, e nem o pedido. O problema é que são desnecessários e visam a protelar o tema, jogar para fevereiro! Eu fui bem claro ali no microfone: fevereiro, Ver.^a Mônica Leal, um tema de tamanha importância. Aliás, em fevereiro, nós teremos um debate brutal. Nós teremos o debate de reajuste tarifário dos ônibus, que nós somos contra, e teremos a questão, exatamente, das tarifas dos lotações. Ora, que situação mais esdrúxula, janeiro, seria agora o momento, nós estamos aqui hoje para isso, nós estamos durante o recesso. Isso é recesso parlamentar, esta é uma sessão extraordinária. Pelo menos, não é como antigamente, nos anos 1980, o meu primeiro mandato, quando essas sessões eram pagas, Ver.^a Mônica Leal, essas não são, ainda bem. Agora, é uma vergonha que nós tenhamos aqui a Casa com as pessoas interessadas, e não são interessadas apenas por curiosidade, é a vida delas que está em jogo – é a vida delas, é o trabalho delas! São 20, 30, 40 anos nos lotações, e eu sei porque acompanho esse trabalho, conheço bem. Então, estão jogando não só os proprietários, todos os trabalhadores, exatamente, nessa possibilidade. Eu concluo por aqui, Presidente Cecchim, dizendo da minha decepção. E mais: aguardando que ainda em janeiro possamos decidir o quanto antes essa questão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, eleito recentemente, nobre colega Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, de modo especial, o Magnus, com a Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação de Porto Alegre, bem-vindos à Câmara Municipal; cidadãos e cidadãs que acompanham a nossa sessão nesta tarde. O Parlamento tem um Regimento, mas, às vezes, é preciso ter bom senso. Nós não estamos num período normal de sessão, estamos num período de recesso, em que inúmeros colegas estão viajando, inclusive estão de modo virtual, outros estão aqui. Éramos para decidir essas matérias sugeridas pelo governo municipal ontem, numa sessão extraordinária, a pedido de um colega vereador, que fez um novo requerimento de vista, foi deferido o pedido de vista, 24 horas, e hoje estamos aqui avaliando novamente.

Vejam os senhores o tamanho da complicação que o governo está tendo. Eu diria mais do que uma complicação, o governo não se entende, e quem está falando aqui é a oposição, não é o governo, porque, se o governo se entendesse, já teria líder! Tem razão a Ver.^a Mônica Leal quando fala dessa esculhambação, dessa troca de cargos, de favores que, infelizmente, na política, é diário isso. Não deveria jamais ser, mas infelizmente a cooptação de vereadores ou a negociata interfere na vida do Parlamento para depois, Ver. Pedro Ruas, perceber que são sempre os mesmos que votam por matérias carimbadas. A pluralidade do Parlamento tem que ser legitimada pelo próprio governo. Como hoje, nós da oposição, votaríamos a favor deste projeto de lei, porque é inadmissível entender que um transporte público possa ser igual ao outro. Há sempre uma diferença, por isso o transporte de passageiros por lotação tem sempre um pequeno equilíbrio diferenciado, como acabou de justificar há pouco o nobre presidente da associação, o Magnus. Como também nós vemos no projeto de lei, quando existe a diferença de 40%, Pedro Ruas, e que está elevada, como está elevada a questão da passagem do transporte público, é inadmissível para eles operarem, porque tem a concorrência dos aplicativos também. E é uma obviedade perceber que é necessário flexibilizar e, por isso, nós estamos com eles para poder recuperar não só a autoestima, mas a quebra, a falência, o fim do transporte público por lotação. A bancada do PT, a bancada do PCdoB, a bancada do PSOL e este vereador, como líder da oposição, estão referendando, votaremos a favor deste projeto de lei. Claro, temos algumas diferenças no próprio projeto que vêm em seguida e que as bancadas foram liberadas, mas quero registrar aqui, importante essa questão! O governo não pode fazer negociatas, o governo não pode ceder a cargos para não ficar, eu diria, submisso, ou escravo dessas compartilhadas feitas no Parlamento e para não fragilizar a opinião pública, porque muitos dos que votaram nos senhores e nas senhoras, como nós, não concordam com o governo ou até alguns concordam. Porque o atual governo, nobre Ver. Pedro Ruas, colegas vereadores e vereadoras, infelizmente, as grandes pautas que o governo Melo trouxe para a Câmara, elas se associam a uma demanda natural vinda do governo anterior. Associado ao governo federal que é, sim, um governo que não olha para os pobres e, sim, olha para os mais aquinhoados. Essa é uma grande injustiça, nós queremos um governo para todos, em que tenha que repor a democracia participativa, em que tem que baixar a passagem do transporte público e não só acabar com as bonificações, subsídios ou impostos, e a passagem continua subindo, e a população continua cada vez pagando mais caro. Por isso, fica aqui o nosso registro da oposição, por favor, governo, se entendam! Nós queremos produzir resultados concretos que possam resultar numa vida melhor para o porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, diretor Luiz Afonso, peço para apregoar, mencionar que retirei no sistema as Emendas nº 01 e 02 ao PLE nº 049. O senhor havia pedido para que eu fizesse também a retirada aqui, para registro da taquigrafia.

Vou explicar as emendas, pretendo reapresentá-las e quero falar aos senhores que trabalham com lotação na cidade de Porto Alegre. Os senhores viram aqui que realmente, aparentemente, por uma desinteligência, ou não sabemos dizer o quê, por uma questão de alguns vereadores, hoje, o problema que os senhores vieram aqui acompanhar a solução, não vai ser possível ser resolvido. Não foi pela falta de interesse destes vereadores que aqui estão, mas, como os senhores testemunharam, ontem e hoje, parece ter havido um movimento coordenado para que os senhores permaneçam sendo obrigados a cobrarem 40% a mais, na passagem do transporte de vocês, que a tarifa do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Há muito tempo, os senhores demandam que o poder público autorize que vocês cobrem menos, para quê? Para poder trabalhar e aumentar a clientela dos senhores, porque da mesma maneira que os aplicativos do transporte, como Uber, 99%, Garupa, Cabify, acabaram afetando o transporte coletivo que é um transporte popular, mais atingidos ainda foram vocês, porque vocês são considerados um transporte seletivo. O governo apresentou um projeto para que ficasse autorizado o prefeito, a partir de decreto, estabelecer como preço mínimo da passagem 20% a mais do que a tarifa do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Então, não faz sentido que, por alguma desinteligência, eu não consigo imaginar o que aconteceu, os senhores sejam obrigados a aumentar a tarifa dos senhores, sendo que vocês estão pedindo para diminuir o preço da tarifa de vocês para manterem os clientes no modal de vocês, porque estão perdendo para o transporte coletivo e para o transporte por aplicativo. E eu apresentei duas emendas, que eu retirei neste ato por uma questão de formalidade, mas eu me comprometo com vocês, de reapresentar, se possível, com a assinatura de outros vereadores no momento mais oportuno. O que dizia o projeto do prefeito? Que o prefeito estaria autorizado a conceder reajuste na tarifa de vocês, 20% acima no mínimo da tarifa do transporte coletivo.

Uma das minhas emendas era muito simples, ao invés de ser 20% acima, o piso mínimo, ele ser exatamente igual - o preço mínimo do transporte de lotação ao transporte coletivo. Parece demagogia, o cara quer tocar para cima, quer fazer... Não, não é demagogia, porque não diz que o preço vai ser igual à tarifa do ônibus, diz que o prefeito tem autorização até o mínimo ser o preço atual da tarifa do ônibus. Então, conforme a legislação, o prefeito tem que ser provocado pela associação de vocês, vocês vão ter a liberdade de pedirem ao prefeito: Prefeito, nós queremos o mesmo preço da tarifa do ônibus. Nós queremos 5% a mais, 10% a mais, 20% a mais. Hoje, é obrigado a, no mínimo, 40% a mais; o que vocês percebem na prática, isso repele clientes. O prefeito quer trazer no mínimo 20% a mais. Eu apresentei a emenda para que fosse no mínimo igual e para cima, de acordo com a necessidade e a demanda do sindicato de vocês que representa a categoria. Esse é um dos aspectos. Eu estava vendo aqui, pela vontade dos vereadores, que essa emenda seria aprovada, seria aprovada. Então, esse é um aspecto. A outra emenda que tinha no texto, que eu retirei, mas me

comprometo a reapresentar, autoriza o prefeito a estabelecer por decreto que trajetos curtos, uma, duas paradas, possam ter uma cobrança diferenciada, porque nós sabemos que, no trajeto curto, é mais barato ir de Uber do que ir de ônibus e de lotação. Então, não faz sentido que vocês, de cara, já sejam preteridos pelo sistema atual quando não dá alternativa de trechos curtos. São duas emendas importantes. E pelo que eu estava vendo aqui, pelo clima dos vereadores, seria aprovada também.

Então, a gente espera que, quando voltar essa discussão aqui na Câmara, a gente consiga apresentar essas duas emendas e aprovar as duas emendas, porque vai dar a liberdade para os senhores e para o usuário poder escolher qual o melhor modal de transporte, porque hoje estamos num ônibus ruim, no aplicativo, que está saindo cada vez mais caro e impeditivo. E tem mais um detalhe: com a retirada dos cobradores, os ônibus, na prática, viraram lotações, então, quando um ônibus estiver sem cobrador, ele vai ter que cobrar 20% a mais? Deveria, já que ele se equipara a um lotação. Então, essa legislação que nós estamos propondo vai resolver esse problema também. Obrigado a todos e espero estar correspondendo a expectativa dos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero convidar o Sr. Rodrigo Rabuske, Presidente da Câmara de Santa Cruz do Sul, para fazer parte da Mesa.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Obrigado, meu caro Presidente Cecchim, Sras. e Srs. Vereadores, e público que nos acompanha nesta tarde. Para mim, foi bastante difícil, e não compreendi o porquê do adiamento do projeto, até porque acompanhei deste ontem todas as manifestações, e elas foram praticamente todas favoráveis ao projeto.

Durante este período, no ano passado, nós votamos diversos projetos de lei, e eu votei favorável, para trazer uma pequena melhora nas condições do transporte coletivo por ônibus, e, agora, nós estaríamos discutindo apenas um projeto que trata do transporte coletivo, seletivo, por lotação. E eu acompanho essa discussão, esse debate, e esse pleito dos transportadores de lotação, faz muitos anos, os quais têm pleiteado quase sempre uma redução no valor da tarifa. Se fosse um aumento na tarifa, eu compreenderia uma maior apreensão, mas nós estaríamos tratando, hoje, sobre uma redução no preço da tarifa, até porque os transportadores por lotação também enfrentam hoje uma extraordinária dificuldade de fazer seu sistema operar. E essa redução no preço da tarifa seria um pequeno incentivo para tentar amenizar um pouco o tamanho da redução do número de passageiros que enfrentam os transportadores por lotação. Muitos, conheço alguns, proprietários de lotação já devolveram suas linhas para a Prefeitura. Portanto, essa luta dos transportadores é uma luta dos proprietários e também é uma luta dos trabalhadores do transporte coletivo. Eu sou amplamente favorável ao projeto, votaria ontem e hoje favoravelmente, mas, dada a situação que se criou, no

mínimo, precisamos votar esta lei, este projeto, conforme disse a própria Ver.^a Comandante Nádia, que é líder do governo, que ele tem que ser aprovado antes de fevereiro, porque, no dia 01 de fevereiro, já teremos o reajuste das passagens, das tarifas do sistema de ônibus e também dos lotações. Portanto, quero trazer um abraço ao Magnus, que está aí no plenário, e, em nome dele, cumprimentar todos e todas transportadores por lotação. Um abraço a todos e obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, público que nos assiste, nós estamos no recesso, teve duas convocações extraordinárias, e tínhamos, sim, projetos de interesse do governo, porque, agora, em fevereiro, como todos sabem, teremos aumentos de tarifas, e eu lamento que o nosso colega, cujo nome darei aqui, Ver. Mauro Pinheiro, que ontem, fez várias justificativas, pediu vista do projeto, o qual nós estávamos convocados para votar. Esses projetos estão no SEI, que é o sistema eletrônico, e, quem quer se atualizar, bem como, quem faz mandato, lê as justificativas, toma conhecimento dos projetos. Justificar que o projeto chegou com parecer de várias páginas, e que não era tão simples, não me convence. Bem, então, foi dada vista e, hoje, fiquei surpresa, pois, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo vice-presidente, Ramiro, foi dada diligência, e aí não se votou. Só que nós estamos entrando em recesso, e essa votação será feita somente em fevereiro. Então, o que se lamenta é que, de repente, essa guinada, aqui no plenário, para não ser votado, é para quem está fora da Câmara para não entender. Os comentários e a voz corrente - voz corrente é voz corrente, Ver. Pedro Ruas, o senhor que é advogado - dizem que há interesses em mais quatro cargos no governo. Olha, é tão decepcionante fazer parte de um plenário, em que temos que conviver com esses interesses; interesses de cargos, senão não anda, senão não é aprovado, senão se bota pedrinha, emperra-se, e faz-se com que o governo fique numa saia justa. Mas eu gostei dos vereadores que por aqui passaram e demonstraram o seu descontentamento com essa posição. Então, vimos que não são todos, vimos que os interesseiros, que juram, em campanhas, que vão defender o povo de Porto Alegre, cometem esses atos e travam o nosso trabalho por Porto Alegre - não é o trabalho só aqui para aprovar o projeto. E um governo que tem sido do diálogo, que tem elevado esta Câmara, que tem recebido a oposição, não precisa passar por essas coisas. Então, se não são da base, que saiam da base, que fiquem independentes, mas não peçam cargos no Município, não fiquem colocando afilhados de CCs. E eu lamento, mais uma vez, o que tem acontecido, emperrando os nossos trabalhos, os interesses da cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, Magnus, e demais colegas da Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação de Porto Alegre – ATL, que estão aqui acompanhando esta sessão, amigo Ilson também. Hoje tivemos mais uma demonstração de como funciona a velha política travestida de nova política; gostam de encher a boca para dizer que a velha política não serve mais, que nós temos que tirar tudo aquilo que estava lá, como diz bem o Presidente miliciano. Mas, quando a gente vai no dia a dia da política, quando nós enfrentamos as pautas que enfrentamos nesta Casa, que dizem respeito ao direito da população de ir e vir, o que acaba determinando o voto – não é mesmo, Ver. Mauro Pinheiro? – é a quantidade de cargos de confiança, quem será a liderança do governo aqui na Casa. Em ano eleitoral, nós vemos aquela base coesa fazer água, porque o objetivo não é necessariamente ideológico, é um objetivo eminentemente financeiro, de ocupação de espaços, de ocupação de cargos e, talvez, por que não, de atender a interesses da ATP e das grandes empresas de transporte público da nossa capital que observam, nos lotações, a possibilidade de perderem o seu monopólio; é um oligopólio, mas funciona como um monopólio. É por isso que este projeto não está avançando aqui, na Casa. É por isso que, infelizmente, esses trabalhadores tenham que vir aqui, ficarem sentados, esperando a votação, e essa votação não ocorrer, quando deveria ter ocorrido ontem. É um desrespeito, inclusive, com essa categoria de trabalhadores, pessoas que estão deixando, neste momento, de cumprir a sua função, que é extremamente útil, uma função social relevante, para assistir a uma sessão nesta Casa, e mais uma vez o seu projeto ser deixado em segundo plano. E ser deixado em segundo plano simplesmente porque querem fazer disputas de espaços políticos e de cargos dentro da Prefeitura Municipal. É bom que a população de Porto Alegre tenha ciência disso, que compreenda como funciona essa política em Porto Alegre, porque esta base de vereadores, essa base governista, que aprova tudo, que aprova reforma da Previdência dos municipais, que aprova demissão de cobradores, que aprova a privatização da Carris, que aprova todos os ataques à classe trabalhadora desta capital, essa mesma Prefeitura que hoje poderia, a sua base, na Câmara Municipal, estar aprovando a redução da passagem dos lotações, prefere ficar fazendo disputas por espaços, por recursos financeiros, por visibilidade em ano eleitoral, e que a população de Porto Alegre pague esse preço, que a população de Porto Alegre simplesmente assuma que a ATP determine o que acontece na nossa capital em relação ao transporte público. Temos uma das passagens mais caras do País, um dos piores transportes públicos do País, e esta Câmara não faz o enfrentamento necessário.

Eu quero deixar claro aqui que temos uma vereadora que, apesar de estarmos em campos opostos, deveria ser mais valorizada pelo governo, que é a Ver.^a Mônica Leal, que sempre foi fiel às pautas, que sempre se pautou por aquilo que é ético em relação ao governo, mas não tem o espaço que merece na base governista. Isso está vindo aqui da oposição.

Então eu deixo aqui o meu pedido para que nós não deixemos os interesses pessoais, interesses partidários e interesses eminentemente eleitoreiros prevalecerem, pois isso faz com que a população de Porto Alegre seja prejudicada, que os transportadores de lotações sejam prejudicados e que a ATP, mais uma vez, mantenha o seu monopólio de forma totalmente vergonhosa na nossa capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiro dizer que não tive a oportunidade, ontem, de saudá-lo, Vereador-Presidente Idenir Cecchim, é uma honra para nós, emedebistas, inclusive para aqueles da nova geração, ter o senhor, que sempre foi um exemplo dentro do nosso partido, que tem uma história de muito trabalho, de honestidade e de competente gestor, chegar à liderança do Parlamento Municipal. Então é uma satisfação e uma honra para nós, emedebistas, tê-lo sentado nesta cadeira.

Quanto a esta pauta, quero saudar aqui os demais vereadores, saudar, em nome do Magnus, os trabalhadores da ATL aqui presentes, e dizer àqueles que nos acompanham, líder do MDB, Ver.^a Lourdes, que este projeto visa a alterar o indexador de 1,4 para 1,2 – de 40 para 20% –, o indexador entre a tarifa do ônibus para a tarifa do lotação. Então, isso, num primeiro momento, diminui o preço para a população. Este projeto é extremamente relevante, porque diminui o preço para a população, e esse, para mim, é o maior dos motivos pelos quais nós devemos aprovar este projeto, mas ele também gera uma concorrência leal entre a questão do lotação e do ônibus, nós temos essa convicção.

Nós também votamos projetos indigestos, no ano passado, sob o ponto de vista político, como a desestatização da Carris, a extinção dos cargos de cobradores, revimos as tarifas dos ônibus aqui na nossa cidade. Este projeto visa também dar esse benefício ao cidadão e à cidadã porto-alegrenses que terão, nos lotações, exatamente um preço mais competitivo e um preço mais barato para assim o usuário fazer a sua opção de escolher entre o ônibus ou um lotação. O sistema está sobrecarregado, quase que colapsado, e este projeto visa exatamente a sobrevivência do sistema e também dos lotações da nossa cidade. Então, deste vereador, vocês terão a parceria para votar, porque isso não é a favor de A, B ou C, este projeto é bom para a cidade.

Eu não vejo, vereadores e vereadoras, minha querida colega, Ver.^a Mônica Leal, não existe qualquer motivo republicano para não votarmos este projeto ontem e hoje. Não terá vereador ou vereadora que lançará uma dificuldade para vender facilidade dentro do governo Melo. Nós estamos atentos a todos os movimentos que estão acontecendo, e nós, vereadores e vereadoras, temos a responsabilidade de votar não a favor de uma empresa ou de uma corporação, nós temos a responsabilidade de

votar a favor da população da nossa cidade que precisa de uma tarifa mais barata no transporte público da nossa cidade. Muito obrigado. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que um vereador da Casa não tem obrigação nenhuma de concordar com tudo o que o governo passa, como alguns vereadores falaram. O que o Executivo manda para a Casa, a minha função como vereador é analisar e votar com as atitudes que eu acho melhor para a cidade. Meu compromisso é com a cidade, com as pessoas e não com o governo. Em segundo lugar, eu não sou da base do governo, sou independente, nunca fui da base do governo, nunca pedi para ser da base do governo, então, aqueles que dizem que eu sou da base do governo estão equivocados. Eu sou um vereador independente, voto naqueles projetos que acho que são melhores para a cidade. Não gosto de nominar vereadores, mas, como fui nominado por alguns vereadores, tenho obrigação de responder a eles. Em primeiro lugar, à Ver.^a Lourdes. Ver.^a Lourdes, se a senhora quer ser líder do governo, bom proveito, mas eu jamais pedi para o prefeito Melo para ser líder do governo. Não estou com o meu nome à disposição para ser líder do governo. Todos os meus atos aqui não são brigando por liderança de governo. Sou um vereador independente e continuarei independente até que eu decida diferente. Sou independente desde o início deste governo e jamais pedi para fazer parte do governo, nem o governo me convidou. Portanto, a senhora fique bem tranquila, Ver.^a Lourdes: não sou candidato a líder de governo. O que está me deixando feliz hoje são os pronunciamentos do PT e do PSOL, porque eu recebi várias mensagens de pessoas que trabalham como motorista de lotação me pedindo para votar contra o projeto. Eu até não sei se sou contra o projeto, mas é um projeto que tem que ser estudado. Parece ser muito simples, mas não é, tem uma série de coisas que rodeiam esse projeto, que são os contratos que existem da Prefeitura com o sistema de transporte público. Nós não podemos analisar um modal sem analisar o conjunto do sistema de transporte público da cidade, que passa por uma grande dificuldade, inclusive os lotações passam por grandes dificuldades. Mas eu fiquei feliz, porque o Ver. Leonel Radde está aí, cumprimenta todos os empresários do transporte, outros vereadores do PT e do PSOL cumprimentando. Fico feliz que o PT hoje está defendendo os empresários, porque eu defendo os empresários, sempre vou defender os empresários, são os que geram impostos, são os que geram empregos, inclusive, para aqueles que hoje estão me pedindo para votar contra. Nem sei se sou contrário ao projeto, mas eu não tenho clareza para votar, nem tenho compromisso de votar todos os projetos do governo. Até porque todos os projetos que estão hoje na pauta do edital de convocação, ninguém do governo me chamou para me mostrar os projetos, me explicar os projetos e pedir o meu voto. Portanto, não tenho obrigação nenhuma em votar, mas teve outros projetos que

votei favorável, porque julgava serem bons. Este eu não tenho clareza da minha decisão de voto, por isso fiz o pedido de diligências para estudar, tentando resolver o problema. Na diligência, não fiquei satisfeito, apesar do parecer do Ver. Cassiá ser muito bom, de eu concordar com ele, mas eu tenho dúvidas quanto ao resultado da aprovação deste projeto. Por isso fiz pedido de diligências, que é um ato normal do Regimento. Eu vi, na Legislatura passada, vereadores que fizeram diligências e trancaram projetos por três ou quatro anos, Ver.^a Lourdes, e eu nunca vi a senhora subir à tribuna e discutir, porque a diligência estava trancando o projeto. Teve projetos, inclusive, em relação ao transporte público que ficaram três anos na CCJ. Nunca vi a Ver.^a Lourdes subir à tribuna para dizer que estavam trancando os projetos, porque ela não era da base do governo, e ela tem todo o direito de não ser da base do governo e não se preocupar com o governo. Eu não sou da base do governo, sou independente e me preocupo com a cidade. Vários projetos difíceis do governo, eu subi à tribuna para defender e farei independente dos vereadores do MDB estarem me atacando na tribuna, porque o meu compromisso não é com o prefeito Melo e não é com o MDB, minha preocupação é com a cidade de Porto Alegre. Vou sempre tomar decisões que eu acho que são melhores para a cidade. Muito obrigado, Ver. Cecchim, bom recesso a todos os vereadores. Um abraço e até fevereiro.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente. Até foi bom eu aguardar e ouvir a manifestação do Ver. Mauro Pinheiro. Um dos apelos que eu faria publicamente, pelo jeito, não vai surtir nenhuma eficácia. Eu ia solicitar publicamente que o Ver. Mauro retirasse o pedido de diligências, caso isso pudesse ser feito. Pelo jeito, acho que existe, realmente, algum problema de entendimento, talvez não terem discutido o projeto com o vereador, então, não farei o pedido dessa forma. Quero falar aqui, Presidente, de público, que eu conheço o tema há muitos anos. Eu fui levado, inclusive, à própria sede no ano de 2008, se não me engano, ou 2010, pelo Bruno Iasnogrodski, que trabalhou na assessoria do ex-secretário de transportes de Porto Alegre, Antônio Hohlfeldt, que foi vice-governador. Tive o prazer de começar a estudar algumas pautas de Porto Alegre naquela época, visitei vários lugares com o Bruno. Conheço o tema, sei que o modal passa por problemas seriíssimos, sei dos problemas que atingiram os ônibus, sei dos problemas que a ATP encontra há décadas, tanto nos problemas tributários como nos sérios problemas depois da vinda dos aplicativos, e sei que a cidade precisa enfrentar esses problemas. Lamento e concordo em parte aqui com algumas coisas que foram levantadas recentemente sobre o governo anterior ter pautas na questão da mobilidade atrasadas, infelizmente, no Legislativo. Graças a Deus, alguns vereadores e vereadoras mudaram de opinião sobre a questão do segundo tripulante, ou seja, dos cobradores, e vários outros itens a gente conseguiu enfrentar com a ajuda do Legislativo e avançar. Eu estou frustrado, muito frustrado,

Presidente, divido esta frustração com todos os colegas, porque eu entendo que o projeto é um projeto bom. Quero, de público, dizer ao colega Jessé que as emendas que ele apresenta, apesar de, na teoria, serem de fácil entendimento – eu sou um homem que defende o estado necessário –, iam causar um desequilíbrio na questão do modal, que, na minha humilde opinião, acredito, iriam complicar a aprovação do projeto. Porém vamos discutir mais sobre isso, acho que foi importante a retirada, Presidente Cecchim, dessas emendas, apesar de parecerem inteligentes.

Eu quero encerrar fazendo uma pergunta e já fazer o encaminhamento para ser prático e útil para esta sessão. Queria fazer um apelo ao presidente da CCJ, Ver. Claudio Janta, que fizesse hoje o encaminhamento dessa diligência, já que o Ver. Mauro parece que não está inclinado a retirá-la. Porque, pelo que sei, se for encaminhada hoje, nós poderíamos ter a resposta a esta diligência e ainda ter tempo para, se a Mesa Diretora e V. Exa. assim entenderem, fazer uma convocação ainda no mês de janeiro para votar. Pelo que eu vi, há um entendimento desta Casa que o projeto não é um projeto de governo, o projeto é um projeto para a cidade, é um projeto que depois de estudar, ouvir o Tortoriello, ouvir o Soletti, ouvir a atual gestão, Ramires, ter 20% está de bom tamanho. O projeto tem entendimento, pelo que eu vejo, da oposição. Eu queria fazer esse apelo aqui, para não ser muito prolixo; me sinto frustrado como legislador, no governo anterior atendia a essa demanda esse projeto, acho que o Ver. Felipe Camozzato levantou o desatrelar dessa questão, a diminuição desse percentual, para a gente permitir que os lotações possam ser mais baratos. Então eu queria fazer um apelo, quero ver se regimentalmente pode ser feito, mas estou aqui para ajudar. De repente, o presidente da CCJ encaminhando hoje, pelo que eu sei, a diligência, haveria tempo hábil de ser convocada, exclusivamente, após atender a diligência, para votar este projeto ainda no mês de janeiro. E repito, este projeto não é um projeto de um governo, é um projeto para a cidade. Eu, quando fui vice-líder do governo, depois líder do governo anterior, já me debrucei nesse assunto, é um projeto de fácil entendimento. Respeito a autonomia e o direito do Ver. Mauro Pinheiro de fazer o pedido, mas eu gostaria de fazer esse pedido à Casa e ao Presidente Cecchim, para ver se não haveria a viabilidade de a CCJ enviar essa diligência hoje, proporcionando que a gente tivesse, cumprindo um novo edital, uma reunião híbrida para enfrentar esse tema e ainda votar ele neste mês. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Ver. Moisés, no Parlamento é possível, sim, agora, por coincidência, e uma boa coincidência, a palavra está com o Ver. Claudio Janta, que é o presidente da CCJ. (Pausa.) Enquanto o Ver. Janta não consegue a conexão novamente, passo a palavra para a Ver. ^a Cláudia.

A Ver. ^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Cecchim, colegas vereadores, não poderia deixar de subir a esta tribuna para falar e concordar com muitos

dos meus colegas que aqui me antecederam, inclusive, a manifestação da Ver.^a Mônica. É claro que os vereadores precisam, sim, defender a cidade, como diz o Ver. Mauro Pinheiro, nós estamos aqui para isso, para defender melhorias, para defender qualidade para o nosso povo, para a nossa cidade, mas isso é com ou sem cargos? Como é que é? Porque se depende de cargo para isso, não está fazendo o seu papel direito, não é? Todo mundo sabe que todos os vereadores têm seus cargos no governo, mas isso não pode ser prioridade da base, Ver. Ruas, que já pulou lá; mas isso não pode ser prioridade para a gente decidir as questões importantes da nossa cidade – da base. A minha preocupação maior é o projeto. Por que ser contra um projeto que reduz o valor dos lotações e oportuniza as pessoas a terem um transporte de qualidade, oportuniza os donos de lotação a transportarem mais, porque também sofreram durante a pandemia, e sofreram muito, tiveram seus custos mantidos e a população sem poder ser transportada, e agora tem a oportunidade de transportar ainda mais. Será que isso tem a ver com o transporte coletivo? Tem a ver com os donos de empresa, que não querem que isso aconteça? Porque daí nós não estamos pensando na cidade, daí nós estamos pensando em alguns, e nós precisamos pensar no todo. Eu lamento muito o que a gente assistiu, e desde ontem a gente vem assistindo isso aqui, quando o Ver. Ramiro presidiu a sessão da CCJ, porque o Ver. Janta não estava aqui, e, infelizmente, não está aqui hoje novamente – estava, mas não sei por que saiu –, perdeu a conexão, vejam só, e não pôde presidir. E aí eu pergunto: será acordo? Não pode ser! Eu não acredito nisso, não pode ter um acordo com um vereador que está há tanto tempo aqui nesta Casa, como o Ver. Janta, como o Ver. Ramiro. Eu quero crer que isso não aconteceu aqui, que isso não tem interesse próprio de ninguém, que o interesse aqui é pela cidade, que o interesse aqui é pelas pessoas. Então eu lamento muito o que aconteceu aqui, e eu concordo plenamente com o Ver. Moisés, que seja feito um encaminhamento, se possível ainda hoje, dessa diligência, e que nós possamos chamar uma extraordinária e que nós possamos votar ainda em janeiro, porque a cidade precisa disso. Nós temos um aumento de transporte a partir de fevereiro, e nós vamos aumentar? E o prefeito vai ser responsável por isso ou os vereadores que não votaram, que não permitiram que isso acontecesse serão responsabilizados? Fica aqui a minha tristeza e o meu repúdio ao que aconteceu aqui hoje e que nós possamos votar ainda no mês de janeiro. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; público que nos assiste aqui nas galerias e pela TVCâmara. Eu não vou julgar nenhum dos vereadores, acredito que cada vereador que aqui está, imbuído legitimamente dos votos que recebeu da população de Porto Alegre, está fazendo o seu melhor. No entanto, quero lembrar a todos os vereadores, sejam da oposição, sejam da base, sejam independentes, que nós estamos

falando de trabalho, de trabalho, de renda. Nós estamos aqui falando de um pós-pandemia, que tirou o emprego de muitos trabalhadores, nós estamos falando de um pós-pandemia que fez com que muitas micro, pequenas e médias empresas fechassem ou falassem, e muitas não conseguirão reerguer-se neste pós-pandemia. Diante de um pós-pandemia, cada um de nós tem que fazer o seu melhor, e o seu melhor é atender da forma mais completa o anseio de Porto Alegre. Hoje, ainda as pessoas necessitam de cestas básicas; hoje, ainda as pessoas necessitam de empregos; e hoje, ainda as pessoas necessitam do ir e vir, o que diz respeito, basicamente, às passagens, sejam de ônibus, sejam de lotação. Este projeto é muito, muito, muito singelo, um projeto pueril. Vereadores, nós já votamos nesta Casa projetos bem mais complexos, projetos que nos deixaram com assessorias jurídicas, com assessorias contábeis fazendo todo o arcabouço de conhecimento que nós precisaríamos para votar o "sim" ou "não". Agora, um projeto que diz única e simplesmente da diminuição do valor mínimo da passagem do lotação e ver que alguns vereadores não entenderam este projeto, me faz pensar que muitos vereadores que aqui vieram ou que muitos daqueles que, por manobras políticas, e a gente sabe que isso é legal, está dentro da legalidade e da autoridade que tem cada vereador dentro do seu mandato de fazê-lo, eu fico preocupada que esses vereadores não entenderam o quanto simples era este projeto. De dar a mão para o porto-alegrense, àquele que mais precisa, dizendo que a diminuição do valor da passagem iria fazer, inclusive, com que os lotações tivessem mais passageiros, estimulando que as pessoas pudessem usar, Ver. Giovane Byl, mais lotações do que hoje usam. Qualquer empresário sabe disso. Se eu quiser, por exemplo, vender este celular por R\$ 1.000,00, eu vou ter duas pessoas, talvez, que queiram comprar. Mas, se eu diminuir o valor para 500, para 600, talvez mais pessoas queiram. O que nós estamos falando aqui é de um pós-pandemia, de uma retroatividade na economia também no que diz respeito a passagens. E a prioridade de fazê-lo nestas extraordinárias se dá única e exclusivamente porque fevereiro nós teremos uma questão bem séria, aliás, nós ou o prefeito, ou, aliás, eu diria ao prefeito Melo que repartisse essa responsabilidade com os vereadores que estão aqui e que muitos são aqueles que dificultam que as coisas aconteçam. Divida, prefeito Melo; divida, vice-prefeito Ricardo Gomes, com esta Casa o valor do lotação que não foi diminuído por conta de manobras com os vereadores que aqui não deixaram isso acontecer. Isso se fala da atividade econômica, se diminui para ter um acréscimo de passageiros. Infelizmente, temos que dizer que várias pessoas aqui vieram na expectativa de aprovar este projeto que, diga-se de passagem, tinha unanimidade na oposição, na base e de alguns dos independentes, para se dizer que nós teremos, logo ali na frente, uma tranquilidade maior, não para mim, não para o Presidente, não para o prefeito, mas para o bolso do porto-alegrense e para dar um ar a mais, para dar um fôlego a mais aos empresários que hoje estão pedindo socorro para nós. Então, eu quero, muito tranquilamente, respeito cada vereador, quem solicitou diligência, quem pediu vista, faz parte do mandato, temos que entender, e, assim como o prefeito, não somos nós que não vamos ter o diálogo, nós vamos dialogar cada vez mais, Presidente, dentro da tranquilidade. Agradeço a oportunidade e dizer, assim como o Ver. Moisés Barboza, a Ver.^a Cláudia Araújo, acredito que, em janeiro ainda, nós teremos que votar

este projeto porque diz respeito à Porto Alegre e Porto Alegre tem pressa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Cassiá Carpes (PP): Sr. Presidente, não só como relator da matéria, que esse é questão de mérito, mas eu quero expressar aqui uma questão de ordem em cima do tema de que a nossa fragilidade do plenário hoje ficou bem clara. Não podem, dois ou três vereadores, por sistema remoto, fazer parar a Câmara. Eu aprendi sempre na minha carreira política que o plenário é soberano, e nós poderíamos estar debatendo aqui o mérito em todo sentido. Isso afeta a nossa democracia interna, as questões do governo não podem vir para cá... Eu fico muito triste quando eu vejo aqui pessoas falando em cargos, trabalhar por cargos. Isso é lamentável! Dizer que a ATP está por trás. Mas o que nós temos que a ver com a ATP, com siglas, nós temos uma responsabilidade com o povo de Porto Alegre, vamos aqui votar com a nossa soberania do Parlamento que é tão bonito nosso Parlamento de Porto Alegre. Hoje eu fiquei na dúvida e peço até que se modifica esta questão, em termos de Regimento Interno, em tempo de a Mesa ter autonomia e o plenário ser sempre soberano.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes, será levada em conta a sua sugestão.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Eu queria aqui deixar a minha concordância com a sugestão dada pelo Ver. Moisés Barboza e pedir a sensibilidade, já que, parece, já foi enviada a diligencia e pensei, inclusive, que haja a sensibilidade dessa diligencia ser respondida antes do prazo máximo. Que haja a sensibilidade e a cobrança pública da nossa parte para que os entes que foram provocados respondam essa diligencia e não façam corpo mole. Porque nós temos interesse de votar este projeto ainda no mês de janeiro, como havia sido acordado desde o início. Então deixo aqui totalmente o meu apoio colocado, estou remota, estou participando, ouvindo tudo o que tem sido dito pelos nossos colegas. Tenho uma frustração muito grande de ter sido convocada dois dias seguidos sem poder votar aquilo que a cidade mais precisa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Quero cumprimentar os colegas e aproveitar este momento de fala para reforçar não só as palavras do Ver. Cassiá Carpes, acho que o Ver. Cassiá Carpes foi muito feliz no que colocou, mas de a

gente pensar, justamente, no interesse do cidadão e naquilo que é melhor para a cidade e também reforçar a sugestão do Ver. Moisés Barboza de podermos apreciar esta matéria. Eu queria pegar um pouquinho nas falas dos vários colegas, eu estive, ao longo da sessão, prestando atenção na fala de cada um, para a gente lembrar o motivo pelo qual nós estamos aqui e fomos colocados aqui pelo povo. Nós estamos na condição de legisladores da cidade de Porto Alegre para legislar em benefício da população da cidade. Quando a gente fala, por exemplo, que os aplicativos chegaram e prejudicaram o sistema de transporte. Eu acho que, com essa afirmação, se está olhando sob a perspectiva da gestão do sistema, a perspectiva das empresas de transporte e não a perspectiva do cidadão. Quando a gente fala aqui sobre o projeto de desindexação das tarifas do lotação com os ônibus, também está se falando sobre a perspectiva do sistema de transporte da cidade. Sinceramente, eu acho que não é esse o foco, todos nós aqui estamos legislando em benefício do cidadão de Porto Alegre e, na perspectiva do cidadão de Porto Alegre, os aplicativos de transporte representaram mais um modal de transporte na cidade, uma alternativa, muitas vezes, de custo mais competitivo de melhor qualidade do que estava sendo ofertado na cidade, às vezes até em pontos que não eram atendidos antes. Muita gente consegue pegar aplicativos, inclusive pessoas de baixa renda – lembro que os números dos aplicativos eram de mais de 40% dos usuários que não tinham nem conta bancária –, ou seja, muitas pessoas pobres da cidade sendo beneficiadas por um modal que permitia que eles não fossem assaltados nas paradas de ônibus, que não tivessem que esperar pelo ônibus que não vem, pelos horários que não são cumpridos ou por locais que, muitas vezes, não tem o transporte próximo.

E a mesma coisa é que nós temos que olhar agora neste debate sobre desindexação das tarifas dos lotações. Não tem que estar no centro de discussão o transporte coletivo ou como vão ficar os ônibus, tem que ficar no centro do debate como fica para o cidadão. E, para o cidadão, é, sim, vantajoso que existam mais modais e que os modais vigentes possam reduzir os seus preços. Na legislatura passada, tinha feito projeto, depois fiz indicação na Prefeitura para que pudesse haver essa desindexação e pudesse ser livre, a mercado, os empreendedores, juntos com os usuários, enfim, pudessem determinar como queriam pagar, inclusive, com mais liberdade de tamanho de rotas e por tipo de conforto. Isso é bom para o cidadão, o cidadão quer ter mais alternativas, quer ter menor custo, quer ter mais conforto, enfim. Então, esse projeto é benéfico, ainda que o projeto do prefeito Melo, enviado seja o projeto que não dá essa liberdade plena; inclusive a Emenda nº 01, do Jessé, é uma emenda boa que permite a equiparação com a tarifa do ônibus que também já é um avanço, mas, em todo caso, é um avanço frente ao que nós temos atualmente, é positivo. Vai permitir essa redução, não só importante para os empreendedores de lotações, não só importante para este momento de reajuste, como especialmente para a população de Porto Alegre que obviamente vai se beneficiar disso, que é a quem a gente tem que estar com esses olhos. Então, gostaria de me solidarizar neste momento de debate, nesta nossa extraordinária, para que a gente pudesse apreciar este projeto. Afinal de contas, estamos aqui reunidos todos os vereadores no dia 5 de janeiro para justamente evitar que a gente possa ter um cenário de aumento de preços, ali em fevereiro, conforme o prefeito já esclareceu, e a

gente sabe que tem os reajustes dos contratos, e a população não seja mais uma vez punida por conta dessa nossa morosidade ou desentendimento do Legislativo. Então, faço votos para que a gente possa apreciar a matéria e aprovar o projeto. Obrigado, Presidente, e a todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde, Presidente Cecchim, saudando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste nas galerias e, em especial, o presidente Magnus da ATL; demais transportadores de lotação que acompanham a sessão. Acompanhei, desde ontem, essa situação envolvendo os questionamentos ao projeto. É importante contextualizar para a sociedade que hoje a legislação dispõe de um gatilho automático que reajusta o valor da inflação conforme é reajustado o valor da passagem de ônibus. Então, o que acontece? É sabido que o aplicativo bagunçou o transporte de um modo geral – em Porto Alegre, no Estado, no Brasil no mundo todo – e isso vem impactando, digamos assim, toda a cadeia produtiva, mal comparando, do transporte público. Mas, ao mesmo tempo, é importante que a gente saiba que existe um contexto de preocupação desta Casa, do Executivo, enfim, de todas aquelas pessoas envolvidas com o transporte público de qualidade, de que os preços sejam acessíveis. Agora, é óbvio que, se uma pessoa vai fazer uma viagem que sai mais barato ir de aplicativo do que de lotação, ela não vai pegar lotação. Então, eu acredito – Ver.^a Mônica Leal, estive atentamente acompanhado a sua fala e as demais falas dos vereadores que me antecederam – que esse gatilho, na forma em que se encontra hoje, inviabiliza praticamente o lotação. Porque ele aumenta o preço da inflação no preço da passagem, enfim, ele faz algum tipo de reajuste no preço da passagem de ônibus e automaticamente cresce o valor da passagem do lotação, e já está em patamares praticamente superiores ao valor, às vezes, de uma viagem de aplicativo. Porque o aplicativo comporta uma, duas, três pessoas e até quatro, e o preço do lotação praticamente está inviável, foi o que o Ver. Airto Ferronato falou aqui. As pessoas simplesmente entregaram a chave ou a linha do lotação e desistiram de fazer o transporte, em especial para, digamos assim, um tiro curto, uma viagem curta – alguém que vem da Auxiliadora, do Moinhos de Vento até o Centro – praticamente não se sustenta mais uma passagem de lotação – para Zona Sul, um pouco mais comprida, ainda vale a pena. Então, eu acho que nós precisamos enfrentar esse assunto, pode até haver, digamos assim, algum tipo de diferenciação, mas não o gatilho no patamar em que se encontra, está demais, está exacerbado - encontrar um meio-termo. Talvez, se o lotação for o mesmo preço do ônibus, vai haver uma concorrência também; “nem 8 nem 80”, digamos assim. Eu acho que compete também a esta Casa – vi que o Ver. Jessé fez algumas emendas – tentar arredondar, chegar o mais próximo do ideal possível, fazer um encontro razoável, mas que permita que o modal lotação não seja exterminado do

contexto da cidade. Ele não deixa de ser, digamos assim, uma via mais rápida do que o coletivo, um transporte de mais qualidade, mas, se ele passa a ser mais caro do que o aplicativo, vai terminar, acaba com o modal, inviabiliza a operação, trabalha no negativo, não sustenta, vai acabar extinguindo esse modal tão importante de transporte que tanto contribuiu e que tantas pessoas carregou em Porto Alegre, hoje deve ter até pesquisa por faixa etária. E eu acho muito oportuno e necessário, primeiro, que a gente enfrente essa questão pontual do gatilho. Esse gatilho não se sustenta mais, está comprovado, porque a concorrência com o aplicativo mata o sistema de lotação. Temos que encontrar um meio-termo; desfazer o gatilho não quer dizer que o lotação vai passar automaticamente a cobrar o preço da passagem de ônibus, talvez tenha que haver uma intervenção via um controle de razoabilidade, de entendimento do Comtu, da EPTC ou de quem faz a gestão do transporte público na cidade com razoabilidade, com entendimento técnico e que permita que o lotação sobreviva na concorrência com o aplicativo. Claro que o lotação não pode ser mais barata do que o ônibus, não é isso o que nós estamos pregando aqui, não é, Ver. Idenir Cecchim? É com inteligência que se consegue consertar soluções em favor da cidade, em favor das pessoas, em favor da qualidade de vida, porque simplesmente matar o lotação não é a solução. Igualar o preço do lotação ao preço do ônibus, acho que também não, mas eu acho que é necessário e oportuno que, para começo de conversa, termine o gatilho; é claro, esse tipo de situação, de diligência, de pedido de vista é tudo protelatório. Com todo o respeito aqui, eu acho a não é por aí o caminho, até porque do jeito que está, está comprovado tecnicamente que o lotação não se sustenta mais, então não dá mais para aguentar o gatilho da forma que está. Eu acho que nós temos que, para começo de conversa, terminar com o gatilho e depois enfrentar alguma situação alternativa. Registro aqui a nossa compreensão da preocupação. Acho que não dá mais para esperar, deve ter um reajuste se avizinando, deve estar na pauta do debate, porque está tudo colapsado, virou uma bagunça o transporte público no que diz respeito a valor, preço, precificação. Então, nós precisamos tentar um realinhamento, deve começar o período de aulas em março de novo, esperamos que a pandemia nos permita retornar à normalidade a partir da vacinação, e que nós possamos chegar a bom termo com essa questão que preocupa a todos. Tem a nossa solidariedade da bancada que representa os trabalhadores no serviço de lotação em Porto Alegre. Pela atenção, muito obrigado, boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os membros desta Casa. Eu quero aqui reafirmar o compromisso que eu tenho com o governo, quem me conhece sabe muito bem que eu acredito em causas e acredito em boas lutas. Quero dizer que estou com dificuldade mesmo de falar, estou

com dificuldade de entrar na sessão. Parei, agora, aqui, no meio de uma chuva e consegui me conectar. Quero agradecer à minha assessoria que me passou boa parte dos relatos, quero dizer que já estamos pedindo para encaminhar o pedido de diligências ainda hoje, uma vez que já tem processo SEI, encaminhar para os órgãos competentes para agilizarmos. Quero dizer que há muito tempo eu venho dizendo que o sistema de transporte tem que ser discutido como um todo. Se esta sessão, se esta discussão está ocorrendo hoje foi porque eu encaminhei ontem no sentido do que hoje voltássemos a discutir esse tema. Então, eu quero dizer que eu tenho lado nesse processo, tenho um lado histórico nesse processo. Eu falei ontem e vou repetir, nós já demos muita isenção para o sistema de transporte em Porto Alegre, a questão dos cobradores, a questão da segunda passagem, a questão das isenções, frota de ônibus, impostos e por aí vai. E outros setores e segmentos continuam remando e um dos setores que remam é o dos lotações. Nada mais justo do que os lotações possam competir. Nós falamos em economia, então nós vamos ter ingerência também em supermercados, em lojas? Não. Nós queremos competitividade, porque quem vai ganhar com isso é a população. Somente quem ganha é a população. E quero dizer aos vereadores que acham que foi uma artimanha minha, quero dizer que quem me conhece nesses nove anos de Câmara de Vereadores sabe que o que não me prende a nada é cargo em comissão; o que não me prende a nada é CC. E isso vem desde o governo do Fortunati, do qual o Melo foi vice; isso vem desde o governo Marchezan, do qual eu fui líder por oito meses; e vem a minha vida inteira. Eu construí a vida baseado em coisas que eu acredito. E eu acredito neste projeto, tanto que encaminhei para começarmos a discutir hoje novamente este projeto, baseado no edital. Então não estou colocando chapéu nenhum. Nenhum, nenhum, nenhum! Eu quero dizer que eu, como eu já disse centenas de vezes durante o ano passado e já falei umas duas vezes neste ano, sou do governo; eu ajudei este governo; eu fui o primeiro vereador da Câmara a ser Sebastião Melo; eu fui o primeiro partido da Câmara a aderir à candidatura de Sebastião Melo. E eu acredito neste governo, acredito na força deste governo. Não estou disputando nada com ninguém, eu sei qual é meu espaço, sei o meu tamanho e sei no que eu contribuí para nós, hoje, podermos estar discutindo um projeto que foi aprovado pelas urnas. Nós estamos só encaminhando para a Câmara tudo o que nós discutimos nas eleições. Nas eleições se discuti muito a questão de integrar lotação, ônibus. Eu venho dizendo, há muito tempo, que nós temos que discutir como um todo o sistema de transporte não é só o ônibus, o lotação, é a bicicleta, é o Grilo, é o aplicativo, é o táxi, é tudo que hoje movimenta a nossa cidade, inclusive as barcas que podem vir a circular até a Zona Sul, até o Extremo-Sul. Eu acho que o sistema de transporte tem que ser discutido por todos nós. E, como presidente da CCJ, o Ver. Camozzato foi presidente no ano passado, pediu para eu assumir no lugar dele, isso não é demérito para ninguém um presidente não poder estar tocando uma reunião, quero dizer que já encaminhei, a pedido do Ver. Moisés Barboza que fui informado pela minha assessoria, no sentido de agilizar, estamos agilizando. E quero dizer outra coisa: o governo pode convocar sessão extraordinária da Câmara na hora em que quiser no recesso. Na hora em que quiser, o governo pode convocar sessão extraordinária. Então, não precisa ser a Mesa Diretora, não precisa ser

a Câmara; o governo pode, conforme a Lei Orgânica do Município, convocar sessões da Câmara no recesso. Esperamos, assim que tivermos respostas do pedido de diligências, convocar uma sessão extraordinária, e nós estaremos presencialmente, já que o remoto está sendo questionado, mas nós trabalhamos o ano passado inteirinho de forma remota e produzimos muito para a cidade de Porto Alegre. Muito, muito, muito ajudamos a cidade da Porto Alegre e vamos seguir ajudando. Muito obrigado, Sr. Presidente, Ver. Idenir Cecchim.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Mônica Leal (PP): Presidente Ver. Idenir Cecchim, pelo que eu assisti e ouvi dos meus colegas, V. Exa. também, das minhas colegas, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Claudio Janta, todos foram extremamente esclarecedores que não têm nada contra, que estão conosco, que são governo, enfim, estão preocupados com esta pauta que é de interesse da cidade de Porto Alegre. Então, eu faço aqui, em nome dos meus colegas, um apelo no sentido de que o Ver. Mauro Pinheiro retire o pedido de diligências e que possamos votar então, visto que todos nós, em função das falas, estamos pensando de forma igual

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, registrado. Cabe ao Ver. Mauro Pinheiro dar essa resposta para V. Exa., Ver.^a Mônica. Não havendo mais inscritos, encerro os trabalhos da presente sessão e convoco V. Exas. para a 005ª Sessão Extraordinária.

(Encerra-se a sessão às 16h34min.)

* * * * *